

O SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA ¹

Adayr da Silva Ilha *
Dirce de Fátima Cattani Dutra **

RESUMO: O objetivo deste artigo é fornecer um panorama sobre o setor agropecuário do município de Santa Maria, através de um detalhado levantamento de informações, organizadas e analisadas sob a ótica econômica. Tomou-se como base de estudo o período de 1985 a 1995, analisado sob o enfoque sistêmico, buscando-se conhecer a produção agrícola (produtos) e pecuária do município, a estrutura fundiária, a forma de exploração e o comportamento da produtividade das culturas mais importantes. O que se constatou foi uma baixa diversificação do setor, o que contribui para o seu baixo dinamismo econômico.

Palavras-chaves: município de Santa Maria, desenvolvimento regional, produção agropecuária.

1. Introdução

A macrorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul caracteriza-se por uma economia basicamente agrária². Tendo demonstrado, nas últimas décadas, uma acentuada atrofia em seu desenvolvimento, fez surgir um intenso debate nas mais variadas entidades como Universidades, institutos de pesquisa, partidos políticos, etc., sobre os fatores determinantes dessa realidade.

Na tentativa de trazer mais algumas informações a essa discussão, sendo o município de Santa Maria integrante dessa região, este artigo busca aprofundar o conhecimento sobre o setor agropecuário deste município e, a partir daí, discutir um melhor entendimento sobre as desigualdades regionais observadas.

Partindo-se do enfoque sistêmico, que permite o estudo e caracterização de uma zona rural como parte de um sistema, onde inter-relações de causa/efeito entre os seus diferentes elementos, tanto externos como internos, constituem sua estrutura, tentar-se-á visualizar os

¹ Este artigo foi produzido a partir de pesquisa que está sendo realizada no Departamento de Ciências Econômicas que tem o primeiro autor como Coordenador e o segundo como bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

* Doutor em Economia Rural, professor adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM.

** Acadêmica do Curso de Ciências Econômicas.

² ligada ao uso/exploração da terra.

componentes a montante e a jusante para a realidade observada, no município.

O artigo trata da origem, formação socioeconômica do município de Santa Maria, sua contextualização na Metade Sul, seus aspectos geofísicos e demográficos. Além disso, aborda o setor agropecuário do município, quanto às suas produções agrícola e pecuária, a estrutura fundiária e a forma de exploração.

2. Santa Maria: sua origem histórica e sua formação socioeconômica

Em 1787, chegava a estas terras a Comissão Demarcadora de Limites entre Espanha e Portugal, instituída pelo tratado de Santo Ildefonso, em 1777. Acampou nas terras de uma estância, no Rincão de Santa Maria, onde já havia um posto indígena (nessa época, a região representava a linha divisória entre Espanha e Portugal). Desse acampamento originou-se a cidade de Santa Maria (Belém, 1933).

No final do séc. XVIII, chegaram os açorianos, paulistas e paranaenses, como também índios guaranis procedentes das Missões (Ferreira Filho, 1950)

Em 1812, o próspero povoamento passou a curato. Em 1819, com a criação do município de Cachoeira do Sul, Santa Maria passou a constituir o 4º distrito desse município. Em 16 de dezembro de 1857, ocorreu a emancipação político-administrativa de Santa Maria, e a instalação do município deu-se em 17 de maio do ano seguinte, permanecendo na qualidade de vila, até 1876, quando foi elevado à categoria de cidade.

Santa Maria teve sua origem ligada a causas militares. Observando-se a história, percebe-se que essa influência militar acompanhou a evolução desse município e ainda se mantém.

Porém, o setor primário representou as primeiras manifestações produtivas e econômicas do município. No início, os campos não eram delimitados e a produção pecuária não possuía nenhum tipo de planejamento. O gado vivia solto e a agricultura se fazia presente. Depois surgiram a estância, a igreja e as milícias. Na cidade, o setor terciário se manifestava através dos serviços e do comércio.

A sociedade de Santa Maria possuía as mesmas características da sociedade gaúcha do início do séc. XIX, e esta se mostrava bastante diferenciada do tipo de vida do resto do país. Cardoso (1962) define a

sociedade sulista como "patrimonialista", seguindo uma análise weberiana, na qual predominava uma estrutura patrimonial de dominação ao poder de um senhor.

Segundo Cardoso (1962), após 1835, já havia uma mentalidade, no setor agrário, de uma empresa econômica organizada³. Era o início da indústria do charque.

Existia, por parte da intendência, um esforço em urbanizar que, somado a outros fatos, criaram condições propícias ao crescimento urbano. A chegada da ferrovia, por exemplo, foi um desses fatos, bem como a chegada dos imigrantes alemães, italianos e poloneses. Dessa forma, Santa Maria fortaleceu muito o seu setor comercial e de prestação de serviço, que até hoje se mantém.

Segundo Bandeira (1994), essa urbanização verificada na região sul (metade sul) ocorreu de forma precoce, em níveis muito próximos aos apresentados pela região nordeste (grande Porto Alegre), só que naquela, a urbanização ocorreu de forma simultânea com um processo rápido de crescimento industrial, que gerava empregos, o que não ocorreu na região sul.

Esse fato, aliado à forte especialização observada, talvez represente a principal causa do baixo dinamismo da economia da região sul e, por conseguinte, de Santa Maria.

O setor agropecuário de Santa Maria pode ser caracterizado a partir do que aconteceu com essa atividade, no restante da chamada região sul e os efeitos da estagnação ocorrida naquela região, no início do século XX, foram fortemente percebidos por este setor.

2.1. Aspectos geofísicos

O município de Santa Maria está localizado na Depressão Central do Rio Grande do Sul. Faz parte da mesorregião do Oeste Gaúcho e da microrregião de Santa Maria (IBGE). Compõe o Conselho Regional de Desenvolvimento - COREDE Central. Está distante de Porto Alegre, cerca de 292 Km; limita-se, ao norte, com os municípios de Júlio de Castilhos, Itaara e São Martinho da Serra; ao sul, com os municípios de São Gabriel e São Sepé; ao leste, com os municípios de Silveira Martins, São João do Polêsine, Restinga Seca e Formigueiro e a oeste, com os municípios de São

³ Cardoso define como empresa econômica organizada aquela produção não meramente apropriativa dos dons da natureza, como foram as estâncias, no início. Nestas, já havia uma certa organização e controle, como, por exemplo, os rodeios, acontecimentos em que se reuniam todos os animais para marcação e classificação.

Pedro do Sul e Dilermando de Aguiar.

O clima do município, segundo a qualificação de Köppen⁴, é a "Cfa" mesotérmico úmido, com precipitações bem distribuídas ao longo do ano e subtropical termicamente, com verões bem quentes. A precipitação média anual é de 1.769 mm. A umidade relativa do ar é relativamente elevada, com a ocorrência freqüente de nevoeiros, principalmente nos meses de inverno.

A vegetação primitiva do município compreende dois tipos principais: um subtropical, herbáceo, graminóide, o campo limpo, conhecido na região por campo de planície e outro florestal, subtropical, perenifólio, conhecido como "Floresta da Bacia do Uruguai". (FEPAGRO)

Figura 1 - Mapa do estado do Rio Grande do Sul (divisão municipal)



Fonte: IBGE(1996)

A hidrografia é generosa e favorece a lavoura, principalmente, o arroz irrigado. Os principais rios são o Arenal, o Vacacaí e o Vacacaí-Mirim, que deságuam no rio Jacuí, e o rio Ibicui-Mirim, que pertence à

⁴ Esta é uma das classificações climáticas mais aceitas. Baseia-se em dados climatológicos e botânicos e foi desenvolvida por Wilhelm Köppen (Schäffer, 1986)

bacia do rio Uruguai. Além desses, existem numerosos arroios e banhados.

Os solos do município variam com a topografia. Nas planícies fluviais, ocorrem solos mal drenados, bons para o cultivo do arroz irrigado, que podem sofrer longos alagamentos em períodos de chuvas intensas. As coxilhas apresentam uma forma associada, compondo-se, nas partes baixas, de solos de profundidade média e mal drenada, de origem arenítica, pobres em fertilidade e de fácil desagregação. Estes solos requerem manejo adequado principalmente quando em uso intensivo de lavouras. Na encosta da serra, ocorrem solos rasos e topografia acidentada, tornando-se inviáveis para o cultivo.

Em torno de 44% da área do município (que é de 1.825,2 km²) pode ser cultivada; algumas áreas exigem cuidados e manejo adequados, devido a facilidades de ocorrência de erosão; 37 % são recomendados para uso com pastagens; 10 % com florestas permanentes (preservação da flora e da fauna).

2.2. Dados demográficos

O município de Santa Maria pode ser caracterizado como uma área de alta densidade demográfica (cerca de 123hab/km²). Tais áreas, normalmente, podem ser classificadas de superpovoadas, caso não haja boas condições sociais e de emprego e falem recursos, quer naturais como técnicos, para promover uma maior produtividade agrária.

Uma maior concentração demográfica urbana pode significar um maior grau de desenvolvimento econômico e cultural da região. Porém, existem outros critérios que devem ser considerados

Tabela I - População de Santa Maria, em número de habitantes (1996)

LOCAL	URBANA (*)	RURAL(**)	TOTAL
SEDE	211.538	730	212.268
3º distrito – Pains	80	3.144	3.224
4º distrito – Arroio Grande	323	2.538	2.675
5º distrito - Arroio do Só	241	1.411	1.652
7º distrito – Boca do Monte	595	4.134	4.729
9º distrito – Santa Flora	36	1.860	1.896
TOTAL DO MUNICÍPIO	212.813	13.632	226.445

Fonte: Censo do IBGE(1996).

(*) percentual da população urbana: 93,98 %

(**)percentual da população rural: 6,02 %

3. Setor agropecuário do município de Santa Maria

A participação setorial na formação do PIB do município, em 1995, indica que o setor primário contribuiu com apenas 3% ; o secundário, com 10,82% e o terciário, com 86,08% ⁵. Mesmo assim, a atividade agropecuária deve ser vista como um segmento importante para a economia, dados suas peculiaridades. Neste tópico, serão apresentados os principais produtos desse setor.

3.1. Produção agrícola

Durante o período em estudo observa-se a presença do cultivo dos produtos constantes da Tabela II. Esta análise toma como base os dois extremos do período, ou seja, 1985 e 1995, onde se considera o VBP e a área de cultivo. A análise completa (todo o período) sob os aspectos área, produtividade, preço e VBP restringiu-se a 3 lavouras produtoras de grãos: arroz, soja e milho e à produção olerícola de mandioca, batata-doce e batata-inglesa por representarem os 6 maiores geradores de Valor Bruto da Produção. Os demais produtos terão um breve comentário.

Tabela II - Culturas observadas no munic. de Santa Maria em 1985 e 1995, especificadas em área (ha) e Valor Bruto da Produção (VBP)

Produto	1985		Produtos	1995	
	VBP**	Área(ha)		VBP**	área(ha)
1. arroz	22.219.752	6.600	1. mandioca	10.672.200	2.940
2. soja	20.159.212	21.000	2. arroz	9.493.614	8.000
3. milho	10.528.984	18.000	3. milho	2.933.168	8.200
4. mandioca	3.836.503	2.800	4. batata-doce	2.710.508	400
5. batata-ingl.*	3.355.769	1.700	5. soja	2.548.796	6.000
6. batata-doce	2.107.869	800	6. batata-ingl.*	2.459.234	435
7. laranja	1.946.358	277	7. melancia	1.943.006	360
8. fumo	1.473.821	324	8. tomate	812.009	50
9. feijão	1.137.132	1.300	9. fumo	395.587	120
10. melancia	811.588	420	10. cana-de-aç.	328.395	120
11. sorgo	111.253	440	11. laranja	277.394	44
12. tomate	590.231	60	12. feijão	188.588	180
13. cebola	254.127	154	13. cebola	100.757	20
14. trigo	100.714	200	14. uva	646.83	15
15. aveia	47.429	300	15. sorgo	14.927	50
16. pêssego	45.672	32	16. aveia	9.951	30
17. cana-de-açúcar	38.846	120	17. trigo	6.219	20

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE

* duas safras anuais

** valor em reais atualizado para agosto de 1998.

⁵ Dados fornecidos pela Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela II fornece uma idéia de como se comportou o setor agrícola de 1985 a 1995:

1. os 6 produtos maiores geradores do VBP permaneceram os mesmos, apenas alterando-se as posições, mais em função da queda de preço de alguns, como o arroz, como se vê na Tabela IV;
2. há produtos que em 1995 tiveram um crescimento visível de seu VBP com relação a 85, como a mandioca, o tomate e a melancia, isto devido a seus preços terem se mantido ou a ganhos de produtividade, haja vista uma certa equivalência entre as áreas cultivadas em 85 e 95. A mandioca será analisada adiante;
3. outros produtos perderam posições no VBP de forma acentuada. É o caso do feijão, do trigo e da laranja, onde se observou uma queda acentuada na área plantada.

3.1.1. Arroz

Observando-se a Tabela III, pode-se perceber que houve uma certa consistência em termos de área plantada com arroz, no período. Somente no ano de 1986 houve uma redução em torno de 40 %. Analisando-se esse dado em maiores detalhes, em busca de uma resposta, observa-se que houve uma queda na produção praticamente em todas regiões produtoras do país, devido à ocorrência de seca em 1985/86.

Tabela III - Produção de arroz 1985-95, no município de Santa Maria

ANO	ÁREA (ha)	VBP ***	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PREÇO(kg)***(sem beneficiamento)
1985	6.600	22.219.752	5.189	0,59
1986	3.600	9.835.570	4.500	0,61
1987*	6.830	12.830.533	4.784	0,39
1988	6.800	13.303.632	5.000	0,41
1989	6.500	11.226.421	5.750	0,31
1990	6.500	12.516.126	4.900	0,35
1991	6.500	14.690.354	5.000	0,46
1992	8.500	14.450.000	5.000	0,34
1993**	6.500	11.797.500	5.500	0,33
1994	6.500	8.802.950	4.670	0,29
1995	8.000	9.752.000	5.300	0,23

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

Quanto à produtividade média, observa-se que o município está dentro dos patamares do estado do Rio Grande do Sul (5 t/ha), chegando

até a superá-los, em alguns anos (1989, por exemplo).

A origem da produção observada no município, em relação ao tamanho das lavouras mostra que 40 %, provém de lavouras com menos de 20 ha; 20%, de 21 a 50 ha; 20 %, de 51 a 100 ha e 20 %, somente, provém de lavouras com mais de 100 ha (EMATER).

A cultura do arroz irrigado⁶, que é muito significativa para o crescimento rural do município, exige um maior grau de profissionalização por parte do produtores; sua expansão é limitada pela baixa capacidade de investimento dos produtores, considerando-se que essa lavoura, para mostrar-se produtiva e competitiva, deve ser intensiva em capital, pois exige alta tecnologia para sua condução e implantação.

A incapacidade plena de irrigação, a presença de invasoras, a ocorrência de várzeas que facilmente inundam com as cheias dos arroios e rios, os solos de baixa fertilidade natural e o fato de a maioria dos produtores serem arrendatários são fatores que dificultam a expansão da produção do arroz no município, não só pelo aumento das áreas cultivadas como também pela elevação da produtividade.

Além desses entraves locais, observam-se outros de caráter exógeno, que dificultam a cultura do arroz, quais sejam, preço elevado dos insumos, alto custo de arrendamento de terras para o arroz, custo financeiro muito elevado para investimentos e custeio, pouca disponibilidade de formas de financiamento para a agricultura em geral.

Outro fator desestimulante foi o preço pago ao produtor. De 1985 a 1995, o preço por kg do cereal sem beneficiamento mostrou-se em queda, reduzindo-se a menos da metade do valor que era pago em 1985 (ver Tabela III).

Esse fato, certamente, influenciou na falta de novos investimentos em tecnologia e na ausência de crescimento da lavoura, durante esse período, quer no rendimento como na área plantada.

3.1.2. Soja

O cultivo da lavoura de soja possui uma elevada importância econômica, pois sua produção é facilmente comercializável, normalmente exportada.

No município de Santa Maria, observou-se uma instabilidade

⁶ As informações referentes. a essa cultura, no município, foram obtidas junto à EMATER (Estudo de Situação).

bastante elevada no que se refere à área plantada, chegando a variar, de um ano para outro, em torno de 100%, o número de ha ocupados com o cultivo dessa lavoura (1988: 21.000 há; 1989: 10.160 ha de área cultivada).

Tabela IV - Produção de soja 1985-95, no município de Santa Maria

ANO	ÁREA (ha)	VBP***	PRODUTIVIDADE(kg/ha)	PREÇO(kg)***
1985	21.000	20.159.212	1.620	0,59
1986	14.700	6.881.653	970	0,48
1987	18.000	14.653.382	1.620	0,51
1988	21.000	11.765.399	1.000	0,44
1989	10.160	3.382.345	1.450	0,22
1990	9.700	4.347.100	1.680	0,26
1991	8.500	4.124.600	1.640	0,29
1992	7.000	3.675.000	1.500	0,35
1993	5.000	1.555.035	2.100	0,14
1994	6.000	3.481.728	1.680	0,34
1995	6.000	2.548.796	2.340	0,18

Fonte: copilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

Existem alguns fatores que podem ter causado esse comportamento por parte dos produtores: a cultura normalmente ocorre em áreas arrendadas, exige investimentos elevados (intensiva em capital), e o que se vê são produtores endividados sem condições de renovarem seus equipamentos agrícolas.

Em razão das características agroeconômicas e tecnológicas da cultura da soja, áreas muito pequenas são pouco viáveis economicamente. A área ideal gira em torno de 150 ha, ou deve ser maior que 100 ha (França, 1997).

O fato de a maioria das áreas serem arrendadas compromete a adoção de melhorias tecnológicas, como a correção e conservação do solo. Um exemplo é a prática da calagem, necessária ao bom rendimento da oleaginosa, mas que exige investimentos elevados com retorno no médio e longo prazo, por isso difícil de se efetuar na área arrendada.

Quanto ao item produtividade, o Rio Grande do Sul perde para os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. O município de Santa Maria está dentro dos patamares de produtividade observados no Estado. Pode-se dizer que são baixos, podendo ser melhorados com a adoção de tecnologias adequadas.

Analisando-se a evolução do preço da soja, nos anos da série em

estudo, observa-se que os estes apresentaram-se tendencialmente decrescentes e instáveis. Isto decorre principalmente de crises conjunturais e políticas inadequadas, portanto são exógenas e com pouco controle por parte dos produtores, o que gera incertezas para a sojicultura.

No entanto, em razão de fatores considerados impulsores, como disponibilidade de ampla informação de pesquisa, boa estrutura de comercialização e armazenamento local, certa estabilidade nos mercados de commodities, essa cultura apresenta-se como uma boa opção econômica e deve ser incentivada.

Outros fatores observados também lhe são benéficos, como a possibilidade de controle integrado de pragas e de mecanização da cultura, não exigindo muita mão-de-obra.

3.1.3. Milho

O Rio Grande do Sul, o Paraná e Minas Gerais representam os maiores produtores nacionais. O milho é um grão essencial para a alimentação humana e animal.

A cultura do milho, no município de Santa Maria, possui um aspecto socioeconômico importante. Ela é a que mais emprega mão-de-obra. Segundo dados da EMATER, em torno de 1.700 produtores rurais estão ocupados diretamente com a cultura. Esse fato tem um caráter dualista: ao mesmo tempo em que é benéfico, pois mantém pessoas empregadas no campo, torna mais difícil a introdução de tecnologias mais avançadas que visem melhorar a produção e colheita desse cereal. Daí decorrem os maiores problemas dessa atividade, quais sejam, baixa produtividade, má qualidade das sementes utilizadas, entaves na hora de comercializar, sem falar das perdas ocorridas pós-colheita (por armazenagem deficiente), da falta de correção dos solos inférteis, do uso inadequado de adubação e do baixo controle de inços.

Enfim, por serem pequenos, os produtores não dispõem de capital suficiente para implementarem inovações e têm dificuldade de levantarem recursos junto aos agentes financeiros. Isto caracteriza a cultura como de subsistência, ficando para o consumo doméstico, em torno de 50% da produção e o restante, normalmente, é vendido a intermediários que, na maioria das vezes exploram o produtor, já que não existe um sistema organizado de comercialização e tampouco países adequados para a armazenagem do milho.

A maioria dos problemas já elencados poderiam ser solucionados, desde que fosse implantado um sistema de apoio aos produtores, de

maneira que tornasse o processo mais organizado. A forma ideal para tal apoio seria a criação de um órgão municipal que se encarregasse da comercialização e armazenagem do cereal, considerando-se que existe uma boa demanda para o produto, reforçando a idéia de municipalização da agricultura.

Tabela V - Produção de milho 1985-95, no município de Santa Maria

ANO	ÁREA(ha)	VBP***	PRODUTIVIDADE(kg/ha)	PREÇO(kg)***
1985	16.000	10.528.96	2.120	0,31
1986	15.000	3.234.761	607	0,35
1987*	16.000	8.228.520	2.160	0,23
1988	14.000	4.548.374	2.000	0,19
1989	12.800	4.557.187	2.100	0,16
1990	14.000	8.647.800	2.940	0,21
1991	13.720	9.480.240	2.879	0,24
1992	16.000	9.162.088	3.000	0,19
1993**	12.000	3.264.000	3.400	0,08
1994	12.000	9.169.217	3.300	0,23
1995	9.200	2.913.460	2.880	0,11

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

Observando-se a Tabela V, percebe-se que a área cultivada com milho, no município de Santa Maria, apresenta-se bastante variável, de um ano para outro. Isso ocorre devido a essa lavoura ser muito pulverizada (muitos produtores). Quando há algum fator desestimulante, muitos optam por outras culturas.

A produtividade pode ser considerada dentro dos índices observados no resto do estado (2,2 t/ha). O preço mostrou-se, no período analisado, bastante instável, devido às más condições de comercialização da safra.

3.1.4. Batata-doce

O cultivo da batata-doce, a exemplo da mandioca, é pulverizado em toda a área rural; sua produção é quase toda absorvida pelo consumo na propriedade. Também se comercializa a batata-doce em pequenas feiras de produtores, daí se deduz que essa produção deve ser bem maior, porém os produtores não a declaram para evitar o pagamento de tributos.

Essa lavoura torna-se importante por representar um alimento energético que enriquece a mesa das pessoas que vivem no meio rural.

De acordo com a tabela VI, a área cultivada com batata-doce, em Santa Maria, apresentou redução, com o desmembramento da área do município de Silveira Martins, estabilizando-se após.

Tabela VI-Produção de batata-doce 1985-95, no munic.de Santa Maria

ANO	ÁREA(ha)	VBP***	PRODUTIVIDADE(kg/ha)	PREÇO(kg)***
1985	800	2.107.969	10.000	0,26
1986	800	2.666.099	11.000	0,30
1987*	600	1.548.376	11.550	0,22
1988	620	2.938.416	13.000	0,37
1989	590	1.511.942	12.000	0,21
1990	610	1.800.500	11.510	0,25
1991	600	1.899.000	12.166	0,26
1992	590	1.812.000	11.800	0,24
1993**	400	1.612.000	14.000	0,28
1994	390	1.389.000	18.460	0,19
1995	400	2.710.508	15.000	0,18

Fonte: copilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

A produtividade apresentada está de acordo com a do estado, enquanto que o preço mostrou-se um tanto instável, no decorrer do período.

3.1. 5. Batata-inglesa

A batata-inglesa representa uma das culturas alimentícias mais importantes para a humanidade. No Brasil, ela é a 7ª fonte de alimento, com uma área de plantio estimada em 170.000 ha/ano, produzindo cerca de 2,2 milhões de toneladas, com uma produtividade em torno de 13 t/ha (Bisognin, 1996).

O Rio Grande do Sul é o 2º estado brasileiro em área cultivada (IBGE), porém a produtividade ainda é baixa (aproximadamente 7,7 t/ha).

Santa Maria está entre os municípios que mais produzem batata-inglesa no estado, principalmente antes de haver o desmembramento do município de Silveira Martins, em 1987. Nesta região, devido às altitudes apresentadas (inferiores a 600 m), é possível o plantio da batata-inglesa em duas épocas: safra e safrinha, por essa cultura apresentar um ciclo relativamente curto (aproximadamente 100 dias).

Tabela VII- Produção de batata-inglesa 1985-95, no município de Santa Maria

ANO	ÁREA (ha)	VBP***	PRODUTIVIDADE(kg/ha)	PREÇO(kg)***
1985	1.700	3.355.769	6.897	0,28
1986	1.550	6.130.249	4.839	0,81
1987*	1.400	4.764.088	8.250	0,41
1988	1.700	6.646.981	6.000	0,65
1989	400	2.195.200	9.800	0,56
1990	380	1.516.693	9.605	0,41
1991	390	1.365.600	11.179	0,23
1992	300	422.919	6.126	0,30
1993**	300	810.000	9.000	0,44
1994	375	2.294.491	13.600	0,33
1995	435	2.469.234	17.149	0,31

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

A cultivar mais usada nesta região é a da batata de película rosa, principalmente a baronesa.

A batata-inglesa é uma cultura bastante importante, em termos econômicos, dadas suas características de demanda: utilizada *in natura* e industrializada, possui uma lista de subprodutos bastante procurados tanto no mercado interno como no externo

Observando-se a Tabela VII, percebe-se a redução de área plantada em 1989. Isso se deve ao fato de que, neste ano, deixou-se de coletar os dados do novo município de Silveira Martins de forma agregada aos de Santa Maria. Logo após, ocorreu uma certa estabilização da área.

A produtividade mostrou-se relativamente alta em relação à produtividade no estado (7,7 t/ha), porém menor que a do Brasil (13 t/ha), o que somente foi alcançado nos últimos dois anos. Quanto ao preço, observam-se variações, porém não ocorreu queda acentuada.

3.1.6 . Mandioca

O Brasil e a Tailândia dividiram a primazia na produção da mandioca, no ano de 1988. A produção brasileira atingiu 21,6 milhões de toneladas nesse ano (França,1987).

Os estados que mais produziram foram Bahia, Pará, Piauí, Paraná e Rio Grande do Sul.

No município de Santa Maria, bem como em todo o Rio Grande do Sul, a exploração da mandioca está pulverizada, podendo-se observá-la, em quase todas as propriedades, perfazendo uma área considerável e apresentando um VBP comparável ao do arroz (principal produto) e até o superando, em alguns anos (ver Tabela II).

No município, a produção de mandioca é quase totalmente absorvida pelo consumo das propriedades, como alimentação da família, e na forma de ração, pelos animais. A produtividade observada está dentro dos índices nacionais.

Da maneira como está sendo explorada, no município (e no RS), a mandioca representa uma cultura estagnada, apresentando um desempenho desfavorável, com pouca viabilidade econômica. Porém, com pequenos ajustes estruturais essa cultura poderia representar outra boa alternativa para o desenvolvimento do setor agropecuário, dadas as suas peculiaridades: a) cultura pouco exigente de fertilidade do solo; b) rusticidade e tolerância a estiagens, pragas e doenças; c) níveis satisfatórios de rendimentos; d) tradição da cultura, observa-se o seu cultivo na maioria das propriedades.

Dentre esses ajustes, sugere-se: modernizar a produção, visando ao mercado de derivados da mandioca, inclusive externo, direcionando-a no sentido de compor, juntamente com o milho, rações para a avicultura e suinocultura; difundir a utilização da parte aérea da mandioca (arbusto), rica em proteínas; incentivar a tecnificação e industrialização da mandioca e de seus subprodutos.

Tabela VIII-Produção de mandioca 1985-95, no munic. de Santa Maria

ANO	ÁREA(ha)	VBP***	PRODUTIVIDADE (kg/ha)	PREÇO(kg)***
1985	2800	3.836.503	12.000	0.11
1986	2800	12.273.242	15.000	0.29
1987*	2400	12.210.346	12.000	0.42
1988	4400	28.644.000	21.000	0.30
1989	4100	8.639.765	11.000	0.19
1990	4000	11.520.000	12.000	0.24
1991	3750	9.600.000	12.000	0.20
1992	3700	5.532.800	12.000	0.12
1993**	3000	3.964.487	12.000	0.11
1994	3000	4.620.000	14.000	0.11
1995	2940	10.672.200	12.000	0.22

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* Houve o desmembramento da área do município de Silveira Martins.

** Houve o desmembramento da área do município de São Martinho da Serra.

*** Estes valores estão em reais, atualizados até agosto de 1998.

Observando-se a Tabela VIII, percebe-se que a cultura da mandioca, no município de Santa Maria, ocupa uma área considerável e bastante estável. A produtividade pode ser considerada boa, acima dos níveis de produção do estado, 8,8 t/ha (IBGE, 1996), e o preço observado tem pouco significado, considerando-se que quase toda a produção é direcionada ao consumo na propriedade.

3.2. Rebanho bovino

Como rebanho bovino, entende-se a bovinocultura de corte e a bovinocultura de leite. Neste tópico será abordada apenas a bovinocultura de corte, isto é, as atividades de cria, recria e engorde.

No município de Santa Maria, essa atividade é explorada de forma extensiva, em campos nativos (espécies de ciclo estival⁷) pobres em energia e proteínas.

O referido rebanho manteve-se estável no decorrer do período estudado, em torno de 220 mil cabeças.

Segundo informações obtidas junto à EMATER, essa situação não é considerada boa, haja vista certos indicadores demonstrarem um desempenho aquém dos observados em outras regiões do estado.

Tais indicadores são: (I) taxa de desfrute⁸, no município, ao redor de 13% (cfe. Coordenadoria Regional da Secretaria da Agricultura e Abastecimento - Departamento de Produção Animal), o que é considerado baixo, comparando-se com regiões com propriedades mais tecnificadas, que alcançam uma taxa de desfrute em torno de 25%; (II) taxa de natalidade⁹, em torno de 50%, também considerada baixa; (III) produtividade¹⁰, 74 kg/ha por ano, considerada baixa.

Existem fatores que causam esse mau desempenho, como, por exemplo, campos de baixa qualidade, falta de suplementação alimentar ao rebanho, no inverno, ineficiente controle de endoparasitas.

Como fatores que entram a busca de alternativas visando a

⁷ crescimento na primavera/verão cessando no outono e inverno.

⁸ o número de cabeças de um rebanho mais o que este produziu, no ano, menos o que foi vendido ou consumido representa o desfrute (Carrillo, 1989).

⁹ taxa de natalidade significa que percentagem das fêmeas procriam, durante o ano (Carrillo, 1989).

¹⁰ produtividade kg/ha é obtida da seguinte forma: Produtividade = n° de animais vezes o peso médio (vivo), dividido pela área do pasto (em ha) (Carrillo, 1989).

melhorias na atividade, salienta-se a mentalidade conservadora do pecuarista, emperrando o processo de modernização e tecnificação do setor (Bandeira,1994).

3.3. Demais rebanhos e produtos

Aqui também se utilizam os extremos do período estudado com o fim de se condensar os resultados.

Tabela IX - Produção dos demais rebanhos e outros produtos

atividade	1985	1995
suinocultura	14.691 cabeças	18.510 cabeças
avicultura*	264.300 cabeças	301.828 cabeças
Eqüinocultura	6.240 cabeças	6.250 cabeças
Ovinocultura	59.543 cabeças	41.215 cabeças
Produção de leite	7.220.000 litros	17.950.000 litros
Produção de mel	9.830 kg	121.200 kg
Produção de lã	94.078 kg	97.183 kg
Ovos	698.200 dz	301.000 dz

Fonte: compilação própria a partir de dados do Anuário Estatístico da FEE.

* este item engloba galinha, frangos e pintos.

Suinocultura: de valor significativo para as pequenas propriedades, tanto para consumo como para comercialização do excedente. Seus dados oficiais não permitem que seja considerada uma atividade econômica, porém sabe-se que a produção, em alguns casos, é maior do que a declarada, para se evitar a tributação. Os suínos são mais para banha e mistos, poucos para produção de carne.

Avicultura: a exploração dessa atividade tem comportamento semelhante ao da suinocultura. A produção, por ser de fundo de quintal, isto é, sem a tecnologia adequada e sem organização, torna-se sem controle, não se sabendo números fidedignos. Fator impulsor: existência de um abatedouro, no município, que facilita a criação especializada.

Eqüinocultura: não representa atividade econômica. Esse rebanho serve apenas para montaria nas propriedades.

Ovinocultura: também não representa atividade econômica, apenas utilizada no consumo interno de carne. Vende-se a lã que é de baixa qualidade.

Produção de leite: mostrou-se crescente, porém isso não significa muito, considerando-se que a atividade apresenta muitos problemas, como ausência de recursos financeiros, técnicos e organizacionais. O leite representa uma boa alternativa para o minifúndio, porém deve haver uma estrutura, em nível municipal, para o processamento de seus subprodutos.

Produção de mel: apresentou um significativo crescimento no período, porém necessita de introdução de outras tecnologias visando melhorar a qualidade do produto e assim adquirir possibilidades de exportação

4. A estrutura fundiária do município de Santa Maria e a produtividade

A estrutura fundiária¹¹ do município de Santa Maria revela ser o mesmo caracterizado por muitos estabelecimentos com área inferior a 100 ha (89 % dos estabelecimentos), sendo poucos aqueles com área superior a 100 hectares (IBGE, 1996). Isso pode ser encarado como um fator propício à diversificação do setor.

Dessa forma, não é possível se atribuir à estrutura fundiária do município o seu baixo desempenho na atividade agropecuária, como a exemplo da Metade Sul, onde ocorre a presença de latifúndios em regime extensivo.

5. Forma de exploração

A forma predominante de exploração das propriedades, no município de Santa Maria, é caracterizada pelo regime familiar de produção (EMATER). Existem em torno de 2.719 estabelecimentos rurais que envolvem cerca de 8.500 pessoas, nas atividades agropecuárias diretas. Tais estabelecimentos estão assim distribuídos: lavoura temporária - 889; horticultura - 116; lavoura permanente - 54; pecuária - 837; produção mista - 801; silvicultura e exploração florestal - 20; pesca, aquicultura - 01; produção de carvão vegetal - 01. Dentro da microrregião, o município de Santa Maria é o que tem mais estabelecimentos ocupados com horticultura (116).

Veiga (1998), ao se referir à agricultura familiar, diz ser esta uma definição muito ampla e flexível, somente se opondo a ela as formas de organizações produtivas que empregam grandes contingentes de trabalhadores e assalariados.

O autor enfatiza que a expressão agricultura familiar não se refere a relações de propriedade da terra, dos equipamentos e às formas de administração ou organização do trabalho. Diz respeito a tipos de cooperação nas mais diversas maneiras, por exemplo, para o escoamento da produção, para aquisição de insumos, cooperativas de máquinas, condomínios e até pequenas agroindústrias. Em todos esses casos, emergem tipos de associativismo.

¹¹ estrutura fundiária, neste trabalho, deve ser entendida como área das propriedades, apenas.

Quanto à propriedade e posse da terra, numa economia de agricultura familiar, combinam-se as mais variadas formas jurídicas, como a propriedade privada, formas de arrendamento, parcerias e até mesmo áreas comunitárias.

6. Considerações finais

Com base no que foi discutido no decorrer deste trabalho, é possível se identificar o atual panorama do setor agropecuário do município de Santa Maria. Apoiado numa forte tendência à especialização, o setor demonstra um baixo dinamismo decorrente de uma série de fatores, tanto endógenos como exógenos.

Observa-se que a bovinocultura de corte representa a maior atividade do setor, seguido da cultura do arroz, e a primeira tem possibilidades de desenvolver-se melhor, com a introdução de novas tecnologias, considerando-se que seus indicadores de desempenho estão aquém dos observados no estado.

Outras produções também se mostraram expressivas, como é o caso do milho, da batata-doce, da mandioca e da batata-inglesa. Merece destaque, também, a produção leiteira e a produção apícola, em função de terem apresentado um significativo crescimento no período estudado. Outros produtos, como o trigo e o feijão, apresentaram uma visível queda. Nesse sentido, observa-se também, a produção da soja, onde ocorreu uma redução de área plantada bastante expressiva.

A estrutura fundiária é predominantemente a das pequenas propriedades, e a forma de exploração está baseada no regime familiar.

Dentro das limitações deste trabalho, convém destacar a dificuldade de se obter dados fidedignos que possam criar uma base de análise com um mínimo de viés. Sabe-se que muitas atividades, principalmente na suinocultura, avicultura e pequenas agroindústrias não são registradas devido ao elevado ônus tributário, que inviabilizaria tal empreendimento. Outras, apesar de terem documentação, utilizam-se da prática da sonegação, declarando apenas uma parte ínfima de sua produção.

Em síntese, o setor agropecuário, apesar de sua baixa participação na formação do PIB municipal, mostra-se um segmento importante dentro da economia, como fonte produtora de alimentos, como gerador de excedentes que, normalmente, permanecem no município e como setor que possui possibilidade de alavancagem para o desenvolvimento integrado.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, J. F.; BENETTI, M. D. ; BANDEIRA, P. S. (Orgs.). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: Causas e Perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- BELÉM, J. **História do município de Santa Maria - 1797 a 1933**. Porto Alegre: Selbach, 1933.
- BISOGNIN, A. B.(coord.).**Recomendações técnicas para o cultivo de batata no Rio Grande do Sul e Santa Catarina**. Santa Maria: UFSM, Centro de Ciências Rurais. Departamento de Fitotecnia, 1996.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARRILLO, J. **Manejo de um rodeo de cria**. Buenos Aires- República Argentina: Hemisfério Sur S. A : 1988.
- FEE. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1985 a 1995.
- FERREIRA FILHO, A. **A História geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo,1950.
- FRANÇA, F. M. C. A agricultura do Nordeste nas duas últimas décadas. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Diretrizes para um plano de ação do BNB (1991-1995)**. Fortaleza, 1997. V. 2 (Estudos econômicos e sociais, 55).
- SCHÄFFER, N. O . **Geografia**. 4 ed., Porto Alegre: Sagra,1986.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural, o Brasil precisa de um projeto**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, 1998, Poços de Caldas (MG). **Anais...**Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 1998.